CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Flávio Bolsonaro mente. PF prova que Dark Horse tem dinheiro público

Fonte original: Vermelho. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Vermelho (vermelho.org.br)
Autor	Cézar Xavier
Data de publicação	10/09/2026 17:44
URL original	https://vermelho.org.br/2026/09/10/pf-prova-que-dark-horse-tem-dinheiro-publico-flavio-mentiu/
Relevância	Baixa · Cultura e cinema · Notícia
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama
Organizações	Polícia Federal, Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB)
Data da coleta	08/10/2026 16:02
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 15:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Outro elemento levantado pela PF é a utilização, por Frias, de R$ 154 mil de sua cota parlamentar para pagar a Complexsys Soluções Integradas.



Imagem: reprodução / Vermelho

RESUMO

O ponto central é importante: não se trata de uma suspeita genérica sobre dinheiro público circulando no entorno do filme. Mas significa algo bastante diferente da versão apresentada por Flávio Bolsonaro: há uma investigação federal específica sobre a possibilidade de dinheiro público ter sido utilizado, direta ou indiretamente, na produção. O que Flávio Bolsonaro disse Quando surgiram as primeiras suspeitas, Flávio Bolsonaro afirmou que havia “zero de dinheiro público” no filme.

Flávio Bolsonaro mente. PF prova que Dark Horse tem dinheiro público

Operação da Polícia Federal aponta que emendas de Mário Frias financiaram filme sobre Flávio Bolsonaro, contrariando versão do senador

Publicado 10/09/2026 17:44 | Editado 10/09/2026 17:57

A afirmação de Flávio Bolsonaro de que o filme Dark Horse, cinebiografia de seu pai, Jair Bolsonaro, não recebeu dinheiro público foi colocada em xeque pela própria investigação da Polícia Federal. A Operação Make Up, deflagrada nesta quinta-feira (10), tem entre seus principais focos justamente a suspeita de que recursos públicos oriundos de emendas parlamentares tenham chegado à produtora responsável pelo longa.

A PF identificou coincidências entre o período de movimentações financeiras da Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse, e o envio de emendas parlamentares destinadas pelo deputado Mario Frias (PL-SP) a entidades ligadas à empresária Karina Ferreira da Gama, dona da produtora.

O ponto central é importante: não se trata de uma suspeita genérica sobre dinheiro público circulando no entorno do filme. A investigação busca rastrear justamente o caminho de recursos públicos que passaram por empresas e entidades relacionadas à produtora.

R$ 750 mil no caminho até a produtora

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Segundo a PF, o Instituto Conhecer Brasil (ICB), ligado a Karina Gama, recebeu R$ 700 mil em emendas parlamentares destinadas a projetos educacionais. Parte desses recursos teria sido transferida para empresas do mesmo grupo econômico e, posteriormente, R$ 750 mil chegaram à Go Up, produtora de Dark Horse.

A investigação também aponta que Mario Frias fez pagamentos diretamente à produtora. Um deles, de R$ 645,4 mil, chamou a atenção dos investigadores e foi considerado incompatível com a remuneração parlamentar do deputado.

Outro elemento levantado pela PF é a utilização, por Frias, de R$ 154 mil de sua cota parlamentar para pagar a Complexsys Soluções Integradas. A empresa recebeu milhões do ICB e aparece conectada ao conjunto empresarial investigado.

A coincidência entre o dinheiro e as filmagens

A PF encontrou ainda uma coincidência temporal que reforça a necessidade de investigação.

Entre 10 de novembro e 30 de dezembro de 2025, a Go Up movimentou cerca de R$ 19 milhões, período próximo às gravações do filme. Ao mesmo tempo, recursos provenientes de emendas circulavam entre entidades e empresas ligadas à produtora.

Isso não significa, por si só, que todo o orçamento do filme seja público ou que já esteja comprovado judicialmente o desvio. A investigação ainda precisa estabelecer, com provas, a origem e o destino de cada recurso.

Mas significa algo bastante diferente da versão apresentada por Flávio Bolsonaro: há uma investigação federal específica sobre a possibilidade de dinheiro público ter sido utilizado, direta ou indiretamente, na produção.

O que Flávio Bolsonaro disse

Quando surgiram as primeiras suspeitas, Flávio Bolsonaro afirmou que havia “zero de dinheiro público” no filme. A declaração foi feita depois que veio a público que ele havia procurado o então banqueiro Daniel Vorcaro em busca de recursos para a produção.

Posteriormente, a produtora apresentou uma perícia particular segundo a qual o longa teria custado cerca de R$ 75 milhões, financiados pelo fundo Havengate, sem recursos públicos. O documento, porém, não detalhou fornecedores, notas fiscais ou a compatibilidade das despesas com os padrões do mercado cinematográfico.

Provar que o filme foi pago com dinheiro público

A PF não afirmou que os R$ 75 milhões declarados como custo do filme sejam integralmente provenientes de cofres públicos. O que está sob investigação é a possibilidade de recursos públicos, especialmente emendas parlamentares, terem sido desviados ou utilizados em benefício da estrutura empresarial ligada ao longa.

Essa distinção, contudo, não salva a declaração de Flávio Bolsonaro.

Se a afirmação foi de que não existia nenhum dinheiro público relacionado à produção, a existência de uma investigação formal sobre repasses de emendas que teriam chegado à própria produtora torna a frase, no mínimo, incompatível com os fatos revelados pela investigação até agora.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Uma operação que atinge o entorno político do filme

A Operação Make Up cumpriu 49 mandados de busca e apreensão e investiga suspeitas de peculato, falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa e irregularidades em licitações. Entre os alvos estão Mario Frias e Karina Gama.

Flávio Bolsonaro não é alvo desse inquérito específico. Ele, porém, está politicamente ligado ao episódio porque admitiu ter buscado recursos para Dark Horse e porque o filme é parte da estratégia de construção da imagem pública de Jair Bolsonaro.

A tentativa de reduzir a operação a uma suposta perseguição política, portanto, desloca o debate. A questão objetiva levantada pela PF é financeira: por onde passaram os recursos públicos, quem os recebeu e se eles acabaram beneficiando uma produção ligada ao grupo político Bolsonaro.

Fonte original: https://vermelho.org.br/2026/09/10/pf-prova-que-dark-horse-tem-dinheiro-publico-flavio-mentiu/ · Coletado em 08/10/2026 16:02 · Gerado em 28/11/2026 00:00

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.